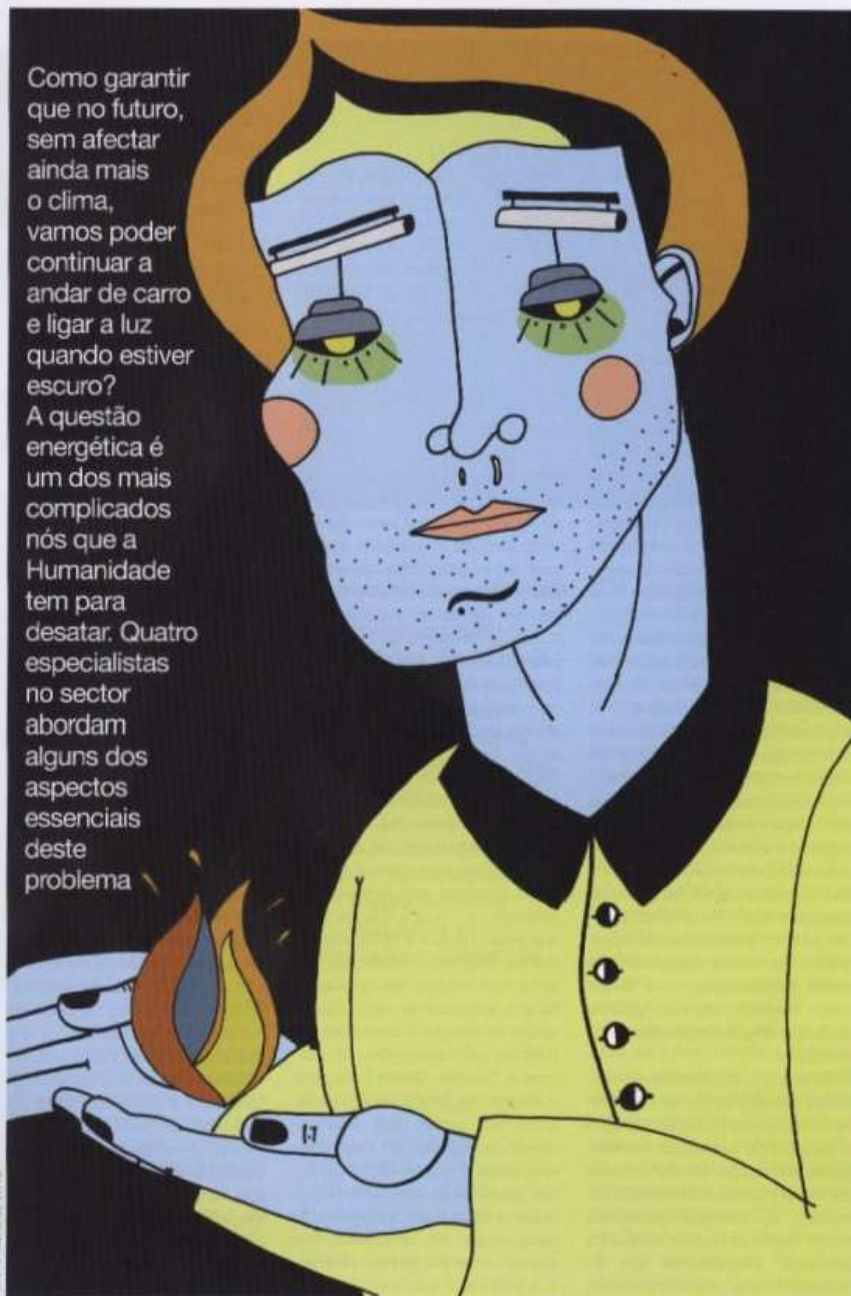


# Para manter as luzes acesas

Como garantir que no futuro, sem afectar ainda mais o clima, vamos poder continuar a andar de carro e ligar a luz quando estiver escuro? A questão energética é um dos mais complicados nós que a Humanidade tem para desatar. Quatro especialistas no sector abordam alguns dos aspectos essenciais deste problema



O carácter finito dos combustíveis fósseis pôs o sector da Energia no topo da agenda mundial. No Golfo do México, o maior derrame petrolífero da história dos EUA ressuscitou a polémica do impacto ambiental que as marés negras têm nos ecossistemas. A nível europeu, a falta de uma legislação comum dificultou a maximização da eficácia nas políticas energéticas. Em Portugal, foi publicada em Abril a Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020). Alguns dos principais actores jurídicos em Energia escrevem sobre esta matéria nesta edição da *Advocatus*.

Mónica Carneiro Pacheco, a sócia que encabeça a equipa de Energia da RPA, analisou o ENE e concluiu que apesar de se tratar de um documento globalmente positivo, a sua ambição fica bem aquém daquilo que as necessidades do país exigiriam.

Nuno Galvão Teles, sócio responsável pela área da energia na MLGTS, não tem dúvidas de que seja qual for o futuro, a tendência da regulação e dos mercados está determinada e é no sentido de se proteger o clima de alterações.

Agostinho Pereira Miranda alerta para o facto das eléctricas portuguesas poderem não sair ilesas da nova vaga de litigância pró-ambiental: "As empresas do sector energético tradicional têm um gorila na sala de espera – e ele já começou a fazer-se ouvir ..."

Diogo Perestrelo, sócio da Cuatrecasas Gonçalves Pereira, afirma que devíamos ser proibidos de não analisar e de não debater todas as alternativas energéticas actualmente disponíveis – e a nuclear era e continua a ser uma delas.

Bruno Azevedo Rodrigues, da ABBC, esperava do Governo a afirmação clara da ideia de one-stop-shop aplicável ao sector da energia, bem como a reforma urgente e unificação de um acervo legislativo excessivo, de elevada complexidade ao nível interpretativo e sobejamente desadequado.